



PLANO DE TRABALHO

TEOR DA SOLICITAÇÃO: Elaboração de Plano de Trabalho do Estudo “Favelas e comunidades urbanas: Conectividade e Inclusão Digital para o Desenvolvimento Socioeconômico do Trabalhador 5.0”.

SOLICITANTE: CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES ESTRATÉGICOS – CEDES

AUTORES:

Augusto dos Santos Pereira
Consultor Legislativo da Área XI
Meio ambiente e direito ambiental, organização territorial,
desenvolvimento urbano e regional

Danilo Jesus Vieira Da Silva
Herman Guilherme de Araújo Souza
Consultor Legislativo da Área V
Direito do trabalho e processual do trabalho

Leonid Garnitskiy
Consultor Legislativo da Área IX
Política e Planejamento Econômicos, Desenvolvimento Econômico e
Economia internacional

Vinícius de Carvalho Amaral
Consultores Legislativos da Área XIV
Ciência e tecnologia, comunicação social, informática, telecomunicações
e sistema postal

O conteúdo deste trabalho não representa a posição da Consultoria Legislativa, tampouco da Câmara dos Deputados, sendo de exclusiva responsabilidade de seus autores.

1. INTRODUÇÃO E CONTEXTO

Favelas são ocupações do solo urbano caracterizadas por irregularidade fundiária, ausência ou precariedade de serviços públicos essenciais (água, saneamento, energia, etc.), padrão urbanísticos de baixo *standard*, com traçados e ocupação diferentes de parâmetros oficiais de planejamento urbano, e, frequentemente, com localização em áreas de risco ou em terrenos com restrições legais ou ambientais à ocupação (IBGE, 2025).

Nos levantamentos censitários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE –, favelas são:

territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autônoma e coletiva, às suas necessidades de moradia e usos associados (comércio, serviços, lazer, cultura, entre outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade.

Em muitos casos, devido à sua origem compartilhada, relações de vizinhança, engajamento comunitário e intenso uso de espaços comuns, constituem identidade e representação comunitária (IBGE, 2024).

Atualmente, segundo dados do Censo 2022, o Brasil conta com 12.348 favelas, onde habitam 16,4 milhões de pessoas. São mais de 2 mil km² de áreas de habitações precárias, com destaque para áreas nas regiões Sudeste, Nordeste e Norte do país (Tabela 1).

Tabela 1 – População, área e densidade demográfica das favelas brasileiras, por grandes regiões geográficas

Região	População residente em favelas e comunidades urbanas (Pessoas)	Área territorial de favelas e comunidades urbanas (Quilômetros quadrados)
Sudeste	7.111.304	624,84
Nordeste	4.638.505	591,80
Norte	3.281.238	561,42
Sul	967.887	159,86
Centro-Oeste	391.856	103,54
Brasil	16.390.790	2.041,46

Fonte: SIDRA/IBGE, 2022a

Esse cenário em que milhões de pessoas se encontram em condições precárias de habitação, infraestrutura de saneamento, serviços urbanos, de trabalho e renda configura um desafio importante para a inclusão social, especialmente em termos de inclusão digital.

Isso é particularmente verdadeiro no contexto atual, em que a economia global se digitaliza de forma acelerada, novas tecnologias como a inteligência artificial, a internet das coisas (IoT), a automação e as plataformas digitais moldam o que se denomina **Sociedade 5.0**. Nesse quadro, de emergência da figura do **Trabalhador 5.0**, caracterizado pelo uso intensivo de ferramentas digitais, pela adaptação às transformações do mercado e pela capacidade de atuar de forma remota ou descentralizada, a conectividade conforma elemento central de acesso a mercados, serviços, redes de conhecimento e oportunidades de renda.

Esses desafios para a inclusão digital pela população moradora de favelas ficam evidentes a partir de dados do Mapa da Desigualdade Digital, que indicam que 42% dos domicílios em favelas não possuem acesso fixo à internet, dependendo exclusivamente de pacotes móveis caros e instáveis, insuficientes para educação a distância, capacitação profissional e inserção plena em atividades digitais (FUNDAÇÃO TIDE SETÚBAL, 2023).

Por essa razão, o **Centro de Estudos e Debates Estratégicos (CEDES) da Câmara dos Deputados** propõe a realização de estudo que investigue as condições de conectividade significativa e de acesso a tecnologias intensivas em dados nas favelas brasileiras, os gargalos à sua difusão e os efeitos dessas limitações sobre as condições socioeconômicas em geral. Tal empreendimento poderá servir como subsídio para o processo legislativo, a partir de elementos técnicos e científicos que orientem a formulação de proposições capazes de promover inclusão digital e desenvolvimento socioeconômico nesses territórios.

2. OBJETIVO GERAL

Levantar as condições de conectividade significativa e acesso a tecnologias intensivas em dados nas favelas brasileiras, os gargalos para sua

difusão e efeitos dessas restrições sobre as condições socioeconômicas em geral, especialmente sobre trabalho e renda, com vistas a subsidiar o debate e proposições legislativas no âmbito do Congresso Nacional, mapeando os desafios e as oportunidades de inclusão digital nas favelas que resulte em melhorias para a população.

3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- **Avaliar a conectividade significativa nas favelas:** caracterizar a conectividade nas favelas, sua disponibilidade, qualidade, as condições de acesso, as competências digitais dos moradores, as políticas públicas em andamento e outros fatores que impactam o mercado de trabalho digital a fim de identificar os gargalos mais críticos;
- **investigar as relações entre educação e inclusão digital:** examinar como as restrições de conectividade limitam a participação em cursos presenciais e a distância, em capacitações técnicas e em processos de qualificação profissional, e de que forma a expansão da inclusão digital pode contribuir para a mobilidade social;
- **analisar os impactos da conectividade sobre a economia digital e o trabalho remoto:** identificar barreiras ao uso das tecnologias para trabalho em plataformas, comércio eletrônico e teletrabalho, avaliando também como a inclusão digital pode favorecer a preparação para empregos do futuro e novas formas de inserção produtiva;
- **examinar o papel do empreendedorismo e da financeirização digital nas favelas:** avaliar experiências de microcrédito, moedas locais, *fintechs*, bancarização, micro e pequenas empresas, bem como incubadoras de

negócios e políticas públicas nacionais e internacionais, tais como educação financeira, que potencializam a inclusão econômica nas comunidades e o crescimento da renda da população;

- **analisar as desigualdades socioeconômicas urbanas como barreira à inclusão digital:** mensurar como gargalos – a exemplo de precariedade habitacional, ausência de infraestrutura urbana adequada e custos elevados de serviços – influenciam o acesso desigual às tecnologias digitais, reforçando vulnerabilidades sociais e limitando as oportunidades de desenvolvimento econômico e social;
- **examinar os impactos sociais, econômicos e jurídicos da inclusão digital nas favelas:** sistematizar as evidências sobre os efeitos da conectividade na renda, no acesso a serviços públicos, na cidadania e no mercado de trabalho; avaliar a jurisprudência recente do STF, do TST e a atuação de órgãos de fiscalização e controle, destacando desafios e insegurança jurídica relacionados ao tema.
- **mapear e analisar proposições legislativas e políticas públicas existentes:** identificar projetos de lei e programas governamentais relacionados à inclusão digital, empreender análise comparativa de experiências internacionais e avaliar a pertinência de ajustes e novas proposições no âmbito legislativo.
- **propor recomendações legislativas e de políticas públicas:** elaborar diretrizes para iniciativas do Congresso Nacional que contribuam para reduzir os gargalos de inclusão digital nas favelas, promovendo oportunidades econômicas alinhadas à transformação

digital, aumento de emprego, renda e qualidade de vida da população nas comunidades.

4. EIXOS TEMÁTICOS DE PESQUISA E DEBATES

Os trabalhos de levantamento, pesquisa, audiência, relatório e escrita de estudos serão conduzidos por consultores de diferentes áreas da Consultoria Legislativa (Conle) da Câmara dos Deputados: Área XI (desenvolvimento urbano e regional, organização territorial, meio ambiente e direito ambiental), Área V (direito do trabalho e processual do trabalho), área IX (política e Planejamento Econômicos, Desenvolvimento Econômico e Economia internacional) e Área XIV (Ciência e tecnologia, comunicação social, informática, telecomunicações e sistema postal).

Valendo-se das especialidades dessas áreas da consultoria, concebeu-se que os trabalhos devam ser estruturados nos eixos temáticos 1 a 5, expostos adiante.

EIXO 1 – INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Eixo do estudo com ênfase na infraestrutura de conectividade disponível nas favelas, incluindo acesso à internet fixa e móvel, cobertura de sinal, velocidade e custo. Inclui, ainda, a difusão e a qualidade dos dispositivos utilizados pela população, como smartphones, tablets e computadores, bem como o grau de letramento digital necessário para usufruir das tecnologias disponíveis.

EIXO 2 – EDUCAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

Vertente voltada para explorar como as restrições de conectividade limitam o acesso à educação formal e não formal (EAD, cursos técnicos, capacitações), e de que forma a inclusão digital pode ampliar oportunidades de aprendizado, qualificação profissional e mobilidade social nas favelas brasileiras.

EIXO 3 – ECONOMIA DIGITAL E TRABALHO REMOTO

Parte dedicada à investigação sobre como a falta de conectividade e as barreiras de acesso ao uso da tecnologia nas favelas limitam oportunidades de trabalho e renda em plataformas digitais, no trabalho remoto e no comércio eletrônico, e, ainda, como a inclusão digital pode favorecer o desenvolvimento de competências para os empregos do futuro, alinhados ao perfil do trabalhador 5.0.

EIXO 4 – EMPREENDEDORISMO E FINANCEIRIZAÇÃO DIGITAL

Eixo dedicado à análise, inclusive por meio de estudo comparado das experiências internacionais que deram certo, das políticas públicas e ações privadas que podem servir para uma maior inclusão econômica, financeira e digital da população das favelas brasileiras.

Neste eixo, os seguintes aspectos poderão ser abordados: 1) a importância e a promoção da educação financeira nas favelas; 2) experiências brasileiras e internacionais de uso das moedas locais nas transações dentro das comunidades e sua contribuição para o comércio; 3) o papel das microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) nas atividades econômicas das favelas; 4) o PIB das favelas brasileiras, com destaque para setores de comércio e serviços; 5) a bancarização da população das favelas, acesso às fintechs e serviços financeiros digitais; 6) microcrédito nas favelas e sua contribuição para negócios; 7) incubadoras de negócios nas favelas e sua contribuição para empreendedorismo na era digital.

EIXO 5 – DESIGUALDADES SOCIOECONÔMICAS URBANAS E DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DIGITAL

Vertente do estudo dedicada à análise sobre como as desigualdades urbanas e socioeconômicas afetam o acesso à conectividade digital nas favelas. Investigação sobre gargalos estruturais — como precariedade habitacional, ausência de infraestrutura urbana adequada e custos elevados de serviços — que dificultam a inclusão digital, bem como os efeitos

dessas limitações na reprodução das vulnerabilidades sociais e na restrição de oportunidades de mobilidade econômica e social.

5. ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

Para alcançar os objetivos delineados, serão conduzidas as seguintes atividades:

- a) **Mobilização social** – convite a agentes interessados, associações de representação das populações residentes em favelas, pesquisadores e gestores de políticas públicas relacionadas ao tema para participação em debates e audiências;
- b) **Mobilização acadêmica** – chamada pública para participação de pesquisadores que têm produção acadêmica sobre o tema, com vistas a contribuir com suas ideias para o estudo ou eventualmente elaborarem um capítulo da publicação final resultante dos estudos e debates;
- c) **Audiências públicas** – ciclos de exposições e debates públicos com especialistas, gestores de políticas públicas e representantes de associações da população interessada;
- d) **Relatório de proposições** – acompanhamento das proposições legislativas e das políticas públicas relacionadas;
- e) **Publicação de relatórios** – edição dos estudos, com resultados dos levantamentos primários, secundários e relatório dos debates estabelecidos na fase de audiências públicas; e
- f) **Seminário de encerramento** – evento de apresentação dos resultados.

6. CRONOGRAMA PARA A REALIZAÇÃO DO ESTUDO

O cronograma a seguir detalha as fases e atividades do estudo, com a previsão de **encerramento em agosto de 2026**.

Quadro 1 – Cronograma do Estudo

ATIVIDADE	10/2025	11/2025	12/2025	01/2026	02/2026	03/2026	04/2026	05/2026	06/2026	07/2026	08/2026
Mobilização social	X	X									
Mobilização acadêmica	X	X									
Audiências públicas		X	X	X	X	X	X	X			
Relatório de proposições									X	X	X
Publicação de relatórios									X	X	X
Seminário de encerramento											X

7. CONCLUSÕES

A investigação proposta busca estudar os desafios e as oportunidades que se apresentam na inclusão digital em favelas brasileiras, mapeando a situação atual e desenhos de políticas públicas que podem promover a melhoria de vida da população nas comunidades a partir da conectividade e da digitalização econômica. No contexto da Sociedade 5.0 e da emergência do Trabalhador 5.0, a inclusão digital se apresenta como vetor estratégico para ampliar oportunidades de renda, trabalho e cidadania, reduzindo desigualdades e promovendo crescimento econômico e melhorias

sociais. Ao subsidiar o processo legislativo com evidências técnicas e científicas, este estudo permitirá que, no âmbito da Câmara dos Deputados, proposições sejam elaboradas com vistas a oferecer soluções legislativas para os desafios identificados.

Consultoria Legislativa, em 15 de setembro de 2025.

AUGUSTO DOS SANTOS PEREIRA, DANILO JESUS VIEIRA DA SILVA,
HERMAN GUILHERMO DE ARAÚJO SOUZA, LEONID GARNITSKIY E
VINÍCIUS DE CARVALHO AMARAL
Consultores Legislativos

7. REFERÊNCIAS

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022 Favelas e Comunidades Urbanas. 2ª Ed. Rio de Janeiro: DEGEO, 2025. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102170.pdf>>. Acesso em: 16 set. 2025.

_____. Nota Metodológica Sobre a Mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas. Rio de Janeiro: DEGEO, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/quadrogeografico/pdf/qg_2022_670_fcu.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

_____. Tabela 9888 - População residente, Área territorial e Densidade demográfica em favelas e comunidades urbanas, segundo as Favelas e Comunidades Urbana. SIDRA, 2022. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9888>>. Acesso em: 16 set. 2025.

FUNDAÇÃO TIDE SETÚBAL, Mapa da Desigualdade Digital. Desafios do acesso à internet nas periferias brasileiras. São Paulo: 2023. Disponível em: <www.fundacaotidesetubal.org.br>. Acesso em: 16 set. 2025.

2025-15571